

MP investiga vereador Matheus Gianello por manter assessores fantasmas em São Caetano

Vereador Matheus Gianello, de São Caetano, entra na mira do MP-SP por manter assessores fantasmas

O Ministério Público de São Paulo investiga o vereador de São Caetano Matheus Gianello (PL). Inquérito civil apura manutenção de funcionários fantasmas na equipe do parlamentar. Denúncia anônima aponta que o chefe de gabinete, Ana Carolina Oliveira Bruno, teria recebido remuneração integral sem trabalhar. Ela viajou à Itália de 22 de junho a 4 de julho de 2025, sem pedir férias ou afastamento das funções. Outro assessor, Lucas de Mello Ferrari, teria adotado prática semelhante. Pena para estes tipos de crimes – peculato e improbidade – inclui perda de mandato e até prisão. Gianello diz que é vítima de perseguição política por fazer oposição ao prefeito Tite Campanella (PL). **Política 3**

MP investiga vereador Matheus Gianello por manter assessores fantasmas em São Caetano

Crimes de peculato e improbidade podem ser imputados ao parlamentar opositor de Tite em S.Caetano

WILSON GUARDIA
wilson.guardia@igabc.com.br

Matheus Gianello (PL), advogado e vereador de São Caetano, é investigado pelo MP-SP (Ministério Público de São Paulo). A 7ª Promotoria de Justiça da Comarca, por meio de inquérito civil, apura denúncia que versa sobre a manutenção de funcionários fantasmas no gabinete parlamentar.

A investigação teve origem em denúncia anônima apontando que a assessora Ana Carolina Oliveira Bruno, nomeada para a chefia de gabinete, teria recebido remuneração integral sem ter prestado serviços. A funcionária, segundo a acusação, viajou para a Itália entre 22 de junho e 4 de julho de 2025, sem pedir férias ou afastamento das funções. Com a ausência, o cumprimento da jornada de 44 horas semanais ficou prejudicado.

A pedido do Ministério Público, a PF (Polícia Federal) confirmou, por meio de certi-



GIANELLO. Vereador alega perseguição política e que está seguro quanto ao esclarecimento dos fatos

do do sistema de tráfego internacional, que a servidora Ana Carolina Oliveira Bruno entrou e saiu do Brasil no período suspeito em apuração.

A acusação formulada junto ao MP-SP indica que Gianello teria cometido grave negligência, uma vez que estava ciente sobre a viagem da chefe de gabinete. A servidora recebeu salário de R\$ 17.487,86, sem descontos pelas faltas.

Nos documentos aos quais o Diário teve acesso, a pessoa responsável pela denúncia sus-

muneração integral sem trabalhar. Ela viajou à Itália de 22 de junho a 4 de julho de 2025, sem pedir férias ou afastamento das funções. Outro

assessor, Lucas de Mello Ferrari, teria adotado prática semelhante. Pena para estes tipos de crimes – peculato e improbidade – inclui perda de

mandato e até prisão. Gianello diz que é vítima de perseguição política por fazer oposição ao prefeito Tite Campanella (PL).

levado ao MP-SP e afirma que a denúncia anônima parte de "alegação infundada e desprovida de qualquer lastro fático".

Se comprovadas as irregularidades, o liberal poderá responder criminalmente por peculato – quando se apropria, desvia ou subtrai dinheiro, valores ou bens móveis públicos ou particulares de que tem a posse em razão do cargo, em proveito próprio ou alheio – e por improbidade administrativa – conduta ilegal ou imoral de agente público ou terceiro que viole a honestidade na Administração Pública, gerando enriquecimento ilícito e prejuízo ao erário – e, se condenado, fica sujeito à detenção de dois a 12 anos, mais multa, suspensão dos direitos políticos e perda do mandato.

Matheus Gianello, opositor à gestão do prefeito Tite Campanella (PL), em esclarecimentos à Promotoria, sustenta ser vítima de perseguição política. "(Sou) alvo de reiteradas tentativas de descredibilização (...), de acusações falaciosas, coordenadas e amplificadas".

O vereador também tenta desqualificar as imagens e informações anexas no dossiê

no o depoimento de Ana Carolina Oliveira Bruno.

Em nota, a defesa de Gianello diz que o vereador "está seguro de que os fatos serão devidamente esclarecidos, colocando-se à disposição do Ministério Público para colaborar com as investigações e prestar todos os esclarecimentos que se fizerem necessários". A banca jurídica afirma não fornecer mais detalhes, uma vez que o "procedimento tramita sob sigilo".

Instada a se manifestar, a Câmara de São Caetano informa que o procedimento se encontra sob análise no âmbito administrativo e está sendo conduzido em caráter sigiloso, a fim de preservar a adequada condução dos trabalhos, a integridade das diligências e os direitos dos envolvidos. A assessoria do Legislativo garante que eventuais apurações são conduzidas em cooperação institucional com os órgãos competentes, inclusive com o Ministério Público, havendo intercâmbio de informações e diligências quando cabível.

As demais pessoas citadas na reportagem não foram localizadas pelo Diário.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: Capa + página 3